

De: AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

P/: SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (SUEXT)

Ref: JOF-1412/2019, PROJETO BRA/18/023

**ANÁLISE DA PRÁTICA INTERNACIONAL RELATIVA À INSERÇÃO DE SERVIÇOS
EM REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA
EXPORTAÇÃO**

**Memorando de pesquisa:
Turquia**

Sumário

Introdução	2
1. Regras e condições gerais do regime, com indicação da legislação básica:	3
2. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)	5
3. Tributos abrangidos pelo benefício	5
4. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais	5
5. Conclusão	6
Referências	6

Introdução

A Turquia encontra-se no grupo de países que adotam os regimes de drawback e assemelhados em relação às mercadorias, mas não aos serviços.

Desde 1996 a Turquia é parte de uma União Aduaneira com a União Europeia, o que levou à adoção de um regime de processamento interno (*Inward Processing Regime*), regido inicialmente pelo Decreto 95/7615, em vigor a partir de 1º de janeiro de 1996), depois pelo Decreto 2005/8391, em vigor desde 27 de janeiro de 2005 e pelo *Communiqué* No. 2006-12, Diário Oficial No. 26382 de 20 de dezembro de 2006.

Relativamente à tributação aduaneira em geral, destacam-se: Lei 474 (regime de importação e tributos aduaneiros), previsões sobre procedimentos de exportação na Lei Aduaneira da Turquia (Lei 4458 de 27 de Outubro de 1999), Decreto 7623 de 22 de dezembro de 1995 (regime de exportação), Regulamento de Exportação (Official Gazette 26190 de 6 de junho de 2006).¹ No plano da tributação interna com impacto sobre as importações, o regime é de Imposto sobre Valor Agregado (doravante IVA), nos termos da Lei 3065 de 25 de outubro de 1984 (doravante Lei do IVA).

A Turquia aplica diferentes tipos de desoneração tarifária sob diferentes leis, programas ou esquemas, além de esquemas de incentivo a investimento e de zonas especiais. A Turquia isenta da cobrança de IVA, dentre outros, as exportações (de bens e serviços) e os serviços relacionados às exportações providos a clientes no exterior.² Além disso, créditos de IVA referentes a exportações são reembolsáveis,³ ainda que, de forma, geral, créditos de IVA sejam apenas descontados em face de outros passivos tributários.⁴

Por outro lado, não foram encontradas evidências de que insumos com natureza de serviços ou serviços associados à entrega de bens sejam objeto do regime de

¹ OMC (Secretariado), 2016: p. 27, Tabela 2.1.

² Lei do IVA, artigo 11, ver também DELOITTE, VAT in Turkey: Finding the Right Path to Improve Your Business (2006), p. 10.

³ Lei do IVA, artigo 32.

⁴ ERNST AND YOUNG, 2019:1060.

processamento interno (*inward processing regime*), que é o regime aduaneiro pertinente ao Projeto e objeto deste memorando. Portanto, este memorando descreve brevemente esse regime, considerando que não se aplicam a serviços utilizados como insumos ou associados à entrega de bens exportáveis.

1. Regras e condições gerais do regime, com indicação da legislação básica:

A legislação básica do regime de processamento interno consta da Resolução Relativa ao Regime de Processamento Interno 2005/8391 (*Official Gazette* No. 25709 de 27/1/2005).⁵ O regime de processamento interno da Turquia permite importação de matérias-primas e insumos sem pagamento de imposto e outros tributos na importação, se aqueles forem utilizados ou incorporados em produtos exportados. O regime é administrado pelo Ministério do Comércio da Turquia.

A Resolução 2005/8391 traz diversas definições, das quais destacam-se aqui as mais relevantes. Atividade de processamento compreende “submeter um artigo a trabalho, incluindo sua montagem, instalação e combinação com outro artigo, o reparo do artigo, inclusive sua regulação, e o uso de certos artigos que não estão contidos no produto processado, embora sejam consumidos completa ou parcialmente durante o processamento mas que assegure ou facilite a produção desse produto.” Licença (*licence*) de processamento interno: documento emitido pelo Ministério do Comércio, permitindo importação e/ou aquisições internas livre de impostos nas exportações, vendas e entregas destinadas a exportação. Autorização (*permit*) de processamento interno: autorização emitida pela autoridade aduaneira, permitindo importação livre de impostos para fins de exportação.⁶

⁵ CANADÁ, Exhibit 47 à Resposta do Governo da Turquia (*Exh 200 - Response to the Request for Information (RFI) - Subsidy from Government of Turkey*) na Investigação sobre Subsídios relativa a *Certain corrosion-resistant steel sheet* da Turquia, 30 de dezembro de 2019, pp. 196-197.

⁶ Decree on Inward Processing Regime No. 2005/8391, artigo 3, apresentado como Exhibit 47 à Resposta do Governo da Turquia (*Exh 200 - Response to the Request for Information (RFI) - Subsidy from Government of Turkey*) na Investigação sobre Subsídios, *Certain corrosion-resistant steel sheet* da Turquia.

A Resolução dispõe sobre as regras aplicáveis às duas modalidades previstas para o regime de processamento interno: (i) o sistema de suspensão; e (ii) o sistema de drawback.

A suspensão pode ocorrer com a suspensão de impostos e direitos devidos na importação (*customs duties*) e de IVA sobre matérias-primas, materiais secundários, produtos acabados e semi-acabados e materiais de embalagem destinados a produtos a serem reexportados; ou com suspensão de impostos sobre importação (*customs duties*) e de IVA em insumos importados, após exportação de produtos compensatórios (*compensating products*). O sistema opera-se mediante prestação de garantia (*security bond*).

Pelo sistema de drawback, opera-se a restituição (*repayment*) do imposto de importação e IVA pagos após a exportação dos produtos contendo insumos importados. (artigo 5, Resolução 2005/8391).⁷

Qualquer empresa operando sob o Direito Comercial Turco é elegível a utilizar o regime. Após o IPC (*Inward Processing Certificate*) ser emitido, o detentor pode se beneficiar do regime sem esperar qualquer condição além do compromisso de exportação.⁸

A duração da licença ou autorização sob o regime de processamento interno é de no máximo doze meses, contados da sua emissão, contudo é possível prorrogar esse prazo por (i) no máximo três meses (da primeira importação sob o regime; ou independentemente de ter ocorrido importação) ou (ii) em circunstâncias excepcionais: mediante justificativa, força maior e emergências (art. 10, Resolução 2005/8391).

⁷ OMC (Turquia), 2016: 80-81.

⁸ CANADÁ, Exhibit 47 à Resposta do Governo da Turquia (*Exh 200 - Response to the Request for Information (RFI) - Subsidy from Government of Turkey*) na Investigação sobre Subsídios relativa a *Certain corrosion-resistant steel sheet* da Turquia, 30 de dezembro de 2019, pp. 202-203.

2. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)

Os sistemas disponíveis são drawback e suspensão. Esta pode se dar mediante desonerações (*exemptions*) condicionais para importações (regime de suspensão), ou com utilização de produtos equivalentes.⁹

3. Tributos abrangidos pelo benefício

O regime de processamento interno turco abrange o imposto de importação, o IVA, e, onde aplicável, medidas de política comercial (*trade policy measure*).

4. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais

Não foram encontrados estudos atualizados sobre o percentual das exportações turcas amparadas pelo regime de *inward processing*. Segundo o *Trade Policy Review* da Turquia preparado pela OMC, o Governo turco não disponibiliza publicamente dados sobre a utilização dos regimes de *inward processing*.¹⁰

Durante a pesquisa, foi encontrada uma apresentação feita por integrante do Turkish Statistical Institute no contexto de um Workshop on External Trade Statistics promovido pelo SESRIC Statistical Cooperation Programme no Kuwait em janeiro de 2013. Essa apresentação, sem identificar o período a que se referem os dados, informa que 11.7% das importações e 49.9% das exportações turcas teriam se dado sob o regime de processamento interno.¹¹

⁹ OMC (Secretariado), 2016: 58.

¹⁰ OMC (Secretariado), 2016: 80.

¹¹ TUNGUL, B., Inward and Outward Processing in Turkey.

5. Conclusão

O regime turco de processamento interno não contempla serviços associados aos bens processados. Um fator que tende a reduzir a relevância dessa omissão é a abrangência do comércio preferencial turco no que se refere a bens e serviços, considerando inclusive a proximidade com a União Europeia. Em termos comparativos com outros países pesquisados, a pesquisa não permite atribuir grande relevância ao modelo turco para os fins do Projeto, ainda que a aplicação de sistema de restituição de créditos de IVA acumulados nas exportações também minimize a preocupação relacionada à neutralidade tributária externa.

Referências

DELOITTE, VAT in Turkey: Finding the Right Path to Improve Your Business (2006), disponível em https://www.verginet.net/UserFiles/File/pusula_serisi/VAT.pdf, acesso em 10 de junho de 2020.

ERNST AND YOUNG, Worldwide VAT, GST and Sales Tax Guide, disponível em [https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-2019-Worldwide-VAT-GST-and-Sales-Tax-Guide/\\$FILE/ey-2019-Worldwide-VAT-GST-and-Sales-Tax-Guide.PDF](https://www.ey.com/Publication/vwLUAssets/ey-2019-Worldwide-VAT-GST-and-Sales-Tax-Guide/$FILE/ey-2019-Worldwide-VAT-GST-and-Sales-Tax-Guide.PDF), acesso em 22 de julho de 2020.

TUNGUL, B., Inward and Outward Processing in Turkey, apresentação,, SESRIC Statistical Cooperation Programme, Workshop on External Trade Statistics, 6-8 January 2013, 15 January 2013, slide 17, disponível em http://www.oicstatcom.org/file/External-Trade-Statistics-Training-Kuwait/07_InwardOutward%20Processing.pdf, acesso em 10 de junho de 2020.

TURQUIA, Exhibit 47 à Resposta do Governo da Turquia (*Exh 200 - Response to the Request for Information (RFI) - Subsidy from Government of Turkey*) na Investigação sobre Subsídios relativa a *Certain corrosion-resistant steel sheet* da Turquia (no Canadá), 30 de dezembro de 2019. Documento listado em <<https://www.cbsa-asfc.gc.ca/sima-lmsi/i->

[e/cor22019/cor22019-ex-eng.html](#)> e disponibilizado, em 11 de maio de 2020, pela *Canada Border Services Agency* (CBSA) mediante solicitação por e-mail.

TURQUIA, Law 3065 of 25 October 1984, Value-Added Tax, disponível em <https://www.gib.gov.tr/gibmevzuat>, acesso em 10 de junho de 2020.

TURQUIA, Ministério do Comércio, Legislação, 2018, disponível em <<https://www.trade.gov.tr/legislation>>, acesso em 23 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, Trade Policy Review, Report by the Secretariat, Turkey, Revision, WT/TPR/S/331/Rev.1, 9 de agosto de 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, Trade Policy Review, Report by the Government, Turkey, WT/TPR/G/331, 9 de fevereiro de 2016.